

# História da educação na Alta Idade Média: a igreja retratada nos livros didáticos

Elizabeth Custódio da Silva Ribeiro\*

Terezinha Oliveira\*\*

## Resumo

Neste trabalho, partindo do pressuposto de que é essencial à formação humana compreender, sem preconceitos, as diferentes formas de ser e de pensar as relações sociais ao longo da história, propõe-se realizar uma análise das informações encontradas em alguns livros didáticos de 6ª e 7ª séries no que se refere ao medievo, em especial, à Igreja, como instituição. O objetivo é refletir em que medida esses livros têm contribuído para um melhor entendimento desse período histórico e para a formação dos alunos do ensino fundamental. Tendo como fio condutor a própria História, serão utilizadas, além dos livros didáticos, fontes primárias e intérpretes do medievo. A Igreja, que em tais livros é apresentada como sinônimo de tirania que perdurou por toda a Idade Média, foi a responsável por nortear uma sociedade mergulhada no caos deixado pelo esfacelamento do Império Romano, tendo o mérito de salvaguardar o conhecimento. É por esse importante papel desempenhado nos primeiros séculos do medievo que essa instituição precisa ser conhecida. Palavras-chave: História da Educação. Idade Média. Igreja. Livro didático.

## 1 INTRODUÇÃO

A Idade Média foi um período bastante singular e complexo da história. Compreendê-la implica considerar que, por seus mil anos de história, perpassam

---

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá; [ecsribeiro@yahoo.com.br](mailto:ecsribeiro@yahoo.com.br)

\*\* Pós-doutora em Filosofia da Educação FE/USP; coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM; Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Bloco H35, sala 9, DFE, *Campus* Universitário, 87020-900, Maringá, Paraná; [teleoliv@gmail.com](mailto:teleoliv@gmail.com)

contínuas alterações nas formas de ser e de pensar as relações humanas. Em outras palavras, o medievo contém uma riqueza de acontecimentos concomitantes, de construções e desconstruções humanas que, a nosso ver, não podem ser ignorados, sob pena de se chegar a conclusões equivocadas da história.

Nos livros didáticos que tivemos a oportunidade de analisar<sup>1</sup>, algumas informações sobre a Igreja pareceram-nos equivocadas, despertando nossa inquietação. Por isso, tomando esses livros como objeto de análise e considerando que eles são norteadores da formação dos alunos na disciplina de história, temos como intuito, neste trabalho, promover uma reflexão a respeito do que neles se afirma sobre o medievo, em especial, sobre a Igreja medieval.

Importa lembrar que, na educação atual, é atribuída grande importância ao livro didático. Muitas vezes, ele é o único material utilizado por professores e alunos, tanto na sala de aula quanto nas bibliotecas públicas.<sup>2</sup> Por isso, entendemos que é importante abrir um diálogo e uma reflexão acerca da interpretação sobre a Igreja medieval, avaliando se ela contribui ou não para o entendimento das relações humanas do período.

## 2 UMA SÓ IGREJA SOB DOIS OLHARES DISTINTOS

De acordo com as leituras historiográficas, o papel da Igreja na organização social da Alta Idade Média foi essencial. “[...] Ao cair o império e derrubadas suas instituições civis, apenas permaneceu a Igreja como organização.” (ZILLES, 1996, p. 14). Conforme o autor, subsequentemente à queda do Império Romano e em meio ao grande caos relacionado a esse acontecimento, a Igreja foi a única instituição que se manteve em condições de proporcionar unidade aos homens e que tinha um mínimo de organização para viabilizar a manutenção da vida e reordenar a sociedade.

Ainda, a respeito do papel fundamental que a Igreja desempenhou nesse momento, gostaríamos de acrescentar as palavras de Oliveira (2005, p. 19):

Tudo é novo e assustador nesse momento em que imperam a violência e a força das hordas vindas do norte, por um lado, e, por outro, a falta de regras, de leis no seio do que restara do mundo romano. Esse novo conhecimento consegue se desen-

volver e prosperar no seio dessa sociedade confusa por que ela tem sua face. Sua base de conhecimento, o neoplatonismo agostiniano, as traduções de Boécio, de autores pagãos, a Bíblia, serão e estarão sempre presentes na sociedade, especialmente nos mosteiros. Foram eles e neles que se preservaram os escritos sagrados e profanos da Antiguidade.

A autora aponta para o papel dos mosteiros na preservação do conhecimento antigo e, portanto, para a organização da sociedade, destacando dois importantíssimos pensadores desse período histórico: Santo Agostinho<sup>3</sup> (séc. V) e Boécio (séc. VI), cujas obras nos permitem entender que era preciso pensar na formação e manutenção da reflexão humana, até para que os homens pudessem se tornar cristãos.<sup>4</sup> Em suma, não havia como formar uma sociedade sem, antes, combater a violência, civilizar os homens.<sup>5</sup>

Teóricos como Agostinho e Boécio não foram somente representantes de uma religião; eles se mostravam envolvidos com a sociedade. Podemos dizer que foi graças a compromissos dessa envergadura que a Igreja pôde nortear a sociedade, ou seja, por meio da fé, pôde agregar os homens em torno de apenas um ideal.<sup>6</sup>

Divergindo de Petta (1999, p. 41), que afirma que “A Igreja medieval tentou tornar o mundo o mais simbólico possível, somente decifrável pelos *homens de fé* [...]”, Oliveira (2005, p. 19) considera que a Igreja se preocupava em falar “[...] o que o povo entendia e aceitava ouvir.” Segundo ela, essa instituição sinalizava para a possibilidade de convivência do que restara da aristocracia romana, dos novos cristãos e dos povos nômades; procurava se fazer ouvir e explicar o mundo de forma inteligível a todos, e não o contrário.

Em geral, as interpretações contidas nos livros didáticos aproximam-se da visão de Petta, ou seja, da ideia de uma Igreja que já nasce fortalecida e voltada para si mesma. É o que encontramos em Boulos Junior (1997, p. 149):

Muito antes da queda do Império Romano (século V), a Igreja Católica já era uma instituição solidamente organizada. É por isso, em parte, que conseguiu continuar crescendo mesmo quando as invasões bárbaras desorganizaram completamente a economia, a política e o cotidiano na Europa Ocidental [...] Durante a Idade Média, a Igreja Católica continuou a crescer e tornou-se a instituição mais poderosa do Ocidente.

E isso só ocorreu porque, além de ser organizada, a Igreja era uma instituição imensamente rica. Sua riqueza vinha, principalmente, das doações de terra e dinheiro que recebia dos fiéis e dos tributos que cobrava dos servos nos seus gigantescos feudos [...]

Essa ideia de Boulos Junior não tem respaldo no campo da historiografia. Estudiosos do período medieval, como Guizot, Oliveira, Nunes, Duby, Gilson e outros, afirmam que o sistema feudal foi um modelo social que vigorou entre os séculos IX e XIII. Desse modo, no século V, a Igreja não poderia possuir nem os gigantescos feudos, nem a riqueza ou o poder mencionados por Boulos Junior. As grandes proporções que ela atingiu posteriormente ocorrem em virtude do longo e difícil papel civilizatório desempenhado nos primeiros anos do medievo, à semeadura que fez quatro séculos antes de existir o feudalismo.

Cabe aqui uma importante observação: os livros didáticos analisados foram estruturados de forma a apresentar os conteúdos referentes ao feudalismo<sup>7</sup> sempre em primeiro plano. Dito de outro modo, primeiramente se fornecem informações sobre o sistema feudal (de sua gênese até seu enfraquecimento) para depois, e de forma muito superficial, descrever a ação da Igreja no período. Pensamos que esse é um problema estrutural, mas que pode ser um indício do porquê de a Igreja aparecer, constantemente, como a “[...] grande senhora feudal.” (PILETTI; PILETTI, 1997, p. 178).

Vejam as duas passagens encontradas nos livros didáticos, nas quais o nascimento do feudalismo remonta à ruína do Império Romano. A primeira: “A partir do início da decadência do Império romano, um novo tipo de sociedade começou a surgir: a sociedade feudal ou feudalismo [...]” (BONI; BELLUCI, 1989, p. 91); a segunda: “Recuando aos últimos séculos do Império Romano, encontramos as origens do Feudalismo a partir da crise romana do século III [...]” (PETTA, 1999, p. 38).

Essas duas passagens, de autores diferentes, revelam a concepção de que o feudalismo é inerente à toda Idade Média, mas não são as únicas. Essa abordagem do feudalismo, que, do nosso ponto de vista, é equivocada, também foi encontrada em outros livros analisados, o que não quer dizer que seja regra.

Dos onze livros analisados, quatro remetem às origens do sistema feudal ao século IX, mas somente um dos livros analisados, o de Vicentino (2002),

aborda a importância da Igreja na Alta Idade Média, a teorização da doutrina cristã por Santo Agostinho e os diferentes contornos que a Igreja assumiu ao longo dos séculos, já na baixa Idade Média.

Ao se apresentar a Igreja como senhora feudal, como instituição sem trajetória anterior ao feudalismo, compromete-se o entendimento de sua real ação na sociedade do período denominado Alta Idade Média, retirando-se os homens do processo de construção da história. Nesse caso, a Igreja aparece como instituição que nasce pronta, forte, sem ter enfrentado os grandes conflitos de construção da nova sociedade. É o que encontramos no livro *Projeto Araribá* (2006, p. 17, grifo nosso), livro adotado para o ensino de história dos alunos de 6ª série de escolas públicas, compondo a coleção PNLD 2008-2010: “A já poderosa Igreja Católica, durante a Idade Média tornou-se a principal força política, cultural e religiosa da Europa feudal [...]”

De fato, na análise que fizemos dos livros didáticos, Vicentino (2002) foi uma exceção que encontramos no que diz respeito ao papel desempenhado pela Igreja na Alta Idade Média. Em geral, a Igreja é lembrada como opressora e tirana, cuja atuação se estende a todo período que compreende a Idade Média.

Atentemos para as palavras de Campos (1991, p. 130):

Além de dar respostas às aflições da época e aos problemas do além-túmulo, o Cristianismo passou a ser usado pelos reis e grandes senhores como uma forma de dominar a massa da população. Progressivamente a religião cristã passou a ser a forma extremamente eficiente de controle dos corações e mentes, impedindo qualquer forma de desobediência às classes dominantes, que eram o clero e os grandes senhores. [...] Qualquer pessoa que vivesse naquela época estava obrigada ao batismo logo depois do nascimento; receberia do clero ensinamentos sobre o bem e o mal, teria como obrigatórios a missa dominical, o casamento religioso e outras cerimônias. Os sinos das igrejas marcavam as horas do dia e dos grandes acontecimentos. Esse controle da vida cotidiana pela religião tornou o clero cada vez mais poderoso.

O uso das palavras “dominar” e “controle”<sup>8</sup> deixam transparecer a ideia de que a Igreja atua por força de um desejo maligno e incontrolável de poder e riqueza, de que ela estaria muito longe do bem comum. No entanto, essa é uma

Igreja que os primeiros séculos do medievo não conheceram. Além disso, não podemos deixar de esclarecer que alguns rituais de vida cristã, aqui colocados como obrigatórios, eram comuns no período, assim como, na atualidade, temos os nossos rituais (o batismo e o casamento, por exemplo, ainda estão presentes em nossa sociedade).

Em outro livro analisado, Cantele ([19--], p. 185-186) afirma que, na Idade Média, as pessoas eram influenciáveis, emotivas, crédulas e de inteligência limitada. Possivelmente, o autor fez sua análise com os olhos do presente, esquecendo-se de que cada momento vivido pelos homens tem seu próprio, e específico, presente. De nosso ponto de vista, os homens medievais foram o que a sociedade em que eles estavam inseridos lhes permitiu ser.

O que Oliveira (2005, p. 7) escreve favorece o entendimento da importância da Igreja nesse período e por que seu governo foi legítimo:

Podemos, por conseguinte, indagar os motivos do fato de a Igreja poder governar soberanamente a sociedade medieva por pelo menos cinco séculos. A nosso ver, a Igreja católica foi, do início do século VI até meados do século XI, a única instituição capaz de estabelecer princípios de governo seja porque era a instituição mais organizada da sociedade em função, inclusive, do seu contato com o mundo romano, seja porque trazia em seu seio o elemento fundamental para a preservação de qualquer sociedade: o conhecimento. Esse conhecimento era composto, por um lado, da herança do mundo antigo, por meio da preservação de documentos e da cultura, e, por outro, a essência da nova doutrina religiosa da sociedade, o cristianismo. Era em seu meio que os homens nutriam o saber, a Filosofia cristã/Escolástica. Foram, portanto, essas duas condições que forneceram legitimidade à Igreja para governar. Foram os homens medievais que deram a esta instituição o governo que ela passou a exercer. Não se trata, portanto, de uma força extrínseca e tirânica que a levou a usurpar um poder que não lhe era devido.

Assim, podemos dizer que não foi a Igreja que tomou para si o poder, mas este lhe foi concedido pela própria sociedade, à medida que essa instituição se apresentava como a única com condições para responder pela organização social naquele momento. A Igreja, ao estabelecer uma finalidade para a vida do homem

na terra: a de conquistar o direito de moradia eterna – o céu, ensinou princípios morais e normas de conduta e de bem viver social, tornando-se foco de luz em meio à grande instabilidade que caracterizava o período. Nunes (1979, p. 63) expõe a importância da Igreja para os primeiros séculos do medievo, enumerando algumas de suas conquistas:

Em primeiro lugar, a Igreja proibiu que o escravo fosse vendido a pagãos ou a judeus, para que não imolasse aos seus deuses ou não o obrigassem a abjurar a sua religião. 2) Protegeu-lhe a vida, identificando ao assassino e ferindo com a excomunhão o senhor que o matasse num movimento de cólera. Deu-lhe a família, declarando indissolúvel o casamento, mesmo contra a vontade do senhor. 3) Conservou-lhe a pátria e o lar, proibindo vendê-lo além das fronteiras, o que parece ter sido o destino ordinário dos escravos germânicos outrora. 4) Restituindo-lhe a dignidade de cristão, concedendo-lhe o repouso do Domingo e reivindicando a sua liberdade contra o senhor que queria forçá-lo a trabalhar no dia do senhor.

Assim, Nunes (1979) nos proporciona a ideia de como algumas regras, fundamentais para a existência e manutenção de qualquer sociedade, foram criadas e cumpridas. Como resultado disso, a sociedade principiou a pensar para além de sua sobrevivência, ou seja, pôde se desenvolver e, em consequência, questionar-se a respeito da própria existência.

É nesse momento, com o desenvolvimento da sociedade e com os questionamentos a respeito de si e da fé cristã, que a Igreja principia a se tornar autoritária. Contudo, essa atitude evidenciou-se quatro séculos depois de seu surgimento como instituição, e não caracteriza sua atuação na Alta Idade Média.

Outro equívoco ensinado aos alunos e que se relaciona com a descrição da Igreja descrita como instituição forte e autoritária, que mantém seu poder por meio da opressão desde o início da Idade Média, é que ela aparece sempre como a grande detentora de todo o poder – temporal e espiritual. Ora, autoridades no campo da pesquisa histórica afirmam que, oficialmente, esta fusão de poderes (temporal e espiritual) efetivou-se com a promulgação do *Dictatus Papae* (1074/1075), um documento composto de 27 proposições que atribuem à Igreja a autoridade soberana sobre toda a sociedade, inclusive sobre os senhores feudais e imperadores.

O movimento de Reforma da Igreja, realizado por Gregório VII, constitui um marco, um sinal de que a Igreja, questionada em suas bases, principia a ser tirana:

Desse modo, somente a partir do momento em que esse poder não responde “naturalmente” aos anseios da sociedade é que o seu governo começa a ser questionado e, concomitantemente, principia a assumir a forma tirânica. Com efeito, o governo da Igreja passa a ser questionado no momento em que as novas forças sociais foram capazes de responder pela sociedade. É o caso dos grandes senhores feudais, no século XI; as cidades e o comércio, nos séculos XII e XIII; as Universidades, no século XIII, e, ao mesmo tempo, internamente, os representantes da Igreja deixaram de se vincular e se interessar pelos problemas sociais. Ao contrário, estavam mais voltados para os seus problemas particulares. Reside, pois, nesses dois elementos, o surgimento de novas forças sociais com possibilidades de assumir o governo e na própria crise interna da Igreja, no seu isolamento da sociedade, o aparecimento, de um lado, de críticas e oposição à Igreja e, de outro, uma ação autoritária dela para conservar-se no poder, como, por exemplo, a promulgação da *Dictatus Papae* e o surgimento das três ordens sociais. (OLIVEIRA, 2005, p. 8).

Segundo Oliveira (2005), a Igreja medieval tem dois momentos distintos: no primeiro, ela é a base da sociedade, que lhe concede o poder; no segundo, em razão das profundas mudanças que ocorreram na sociedade e em face da nova forma de ser social que surgiu, ela luta, com todos seus instrumentos, para manter esse poder.

Quando a Igreja passa a ter seu governo questionado, como vimos na citação anterior, torna-se necessário criar teorias legitimadoras desse poder. Como exemplo, podemos citar Adalberon, que teoriza a respeito da composição da sociedade em três ordens,<sup>9</sup> como explica Gumieri (2003, p. 84):

Segundo a interpretação de Duby, Adalberón conseguiu estabelecer, pela primeira vez no interior da Idade Média, sua teorização dos segmentos sociais, apontando a cada um deles qual era o papel a desempenhar: os servos por condição social “natural” trabalham para a Igreja e o senhor, os *bellatores* protegem com sua atividade guerreira todos os segmentos da sociedade



e os *oratores* também cuidam de todos, pois sua função é orar para que Deus perdoe os pecados, criando, assim, uma explicação da sociedade, baseada na trifuncionalidade.

Esta “trifuncionalidade” da sociedade não precisou ser pensada anteriormente, já que as necessidades básicas, ou seja, a sobrevivência dos homens não estava sendo suprida. Contudo, estabelecida a paz, criam-se espaços para que os indivíduos e a sociedade se desenvolvam, criam-se, também, novas forças sociais, novos espaços de poder (como os que estão e serão ocupados pelos senhores feudais e príncipes).

Outro importante pensador convocado a teorizar a respeito do governo da Igreja e, também, a legitimar a existência de Deus foi Anselmo de Bec, teólogo e filósofo do século XI. As ideias expressas por esse filósofo cristão revelam que o governo da Igreja não é mais aceito como “natural” pela sociedade e que uma nova interpretação de mundo se faz necessária.

Toda discussão anselmiana gira em torno da ideia de que Deus criara todas as coisas, mas, ao conceder ao homem o dom da razão, deu-lhe, também, a capacidade de discernir bem e mal, de atuar na construção de sua vida e de seu meio social. Essa é uma leitura nova de mundo, que aponta para uma independência maior do homem em relação à Igreja.

Em suma, é somente a partir desse momento, e não na Alta Idade Média, a saber, entre os séculos V e IX, que, questionada em suas bases, a Igreja afasta-se de seus preceitos e vai se tornando autoritária.

### 3 CONCLUSÃO

Baseando-nos no que disseram os próprios autores do período, bem como nas autoridades da historiografia contemporânea e comparando esses resultados com as leituras e análises que realizamos dos livros didáticos, podemos concluir que a forma como a Igreja tem sido retratada nestes últimos, sem uma trajetória historicamente construída, explica que a sua importante contribuição seja esquecida ou equivocadamente compreendida.

A história mostra-nos que a Igreja não foi um entrave à sociedade, pelo contrário, foi essencial para dissipar o caos e direcionar o desenvolvimento das

relações humanas por vários séculos do medievo. A Igreja é uma instituição humana, que, ao longo dos anos, com o conjunto da sociedade, sofreu as vicissitudes da vida, porém sem sua ação, possivelmente a cultura e o conhecimento não teriam sobrevivido e chegado até a atualidade.

Ao final, gostaríamos de ressaltar que, em alguns livros didáticos, encontramos a preocupação de retratar a Idade Média com o olhar da história, sem juízos de valores, mas esse procedimento, infelizmente, não é o mais frequente.

Pensamos que o conteúdo predominante nos livros didáticos precisa ser objeto de uma profunda reflexão, porque contribui para que os alunos mantenham uma visão negativa de Idade Média negativa, criem novos preconceitos e se distanciem da possibilidade de entender a própria história de nossa época. Enfim, é necessário apresentar os conteúdos de maneira que leve os alunos a ver o passado como referência, como fonte abundante de exemplos a ser, ou não, seguidos.

### ***History of education in the upper middle ages: church shown through didactic books***

#### *Abstract*

*Based on the assumption that understanding the different forms of being and thinking the social relations throughout history, without any sort of prejudice, is essential for the human formation, the main objective of the present study is to perform an analysis of the information available in didactic books, used in the 6<sup>th</sup> and 7<sup>th</sup> grade of regular school, in what refers to medievo, especially regarding church as an institution. The aim is to reflect upon how such books have contributed to provide a better understanding on that historical period, and have contributed to the current student's formation. Having history as guideline for understanding, and in addition, to didactic books, other primary sources and interpreters of medievo were used to carry out the study. According to our point of view, the church, which is portrayed in such books as a synonym of a tyranny that lasted throughout the Middle Ages, was the responsible for directing a society then plunged into chaos by the destruction of the Roman Empire, thus having the merit of safeguarding the knowledge that, consequently, reached the contemporary*

*society. Therefore, it is through such relevant role, played in the first centuries of medieval, that church, as an institution, must be known.*

*Keywords: History of education. Middle Ages. Church. Didactic book.*

## Notas explicativas

- <sup>1</sup> Analisamos onze livros didáticos que, em geral, foram adotados pela rede pública e particular de ensino no município de Maringá - PR, entre os anos de 1989 e 2002, todos da 7ª série do ensino fundamental, da disciplina de História – Antiga e Medieval. Alguns deles não aparecem nas referências porque estavam bastante destruídos e sem capa. Tivemos a oportunidade de conversar com adolescentes que, atualmente, frequentam a 6ª e a 7ª série do ensino fundamental, os quais afirmam que o conteúdo ensinado em 2007/2008 é o mesmo contido nos livros do período por nós analisado. Importa acrescentar que o livro *Projeto Araribá* compõe a coleção adotada pelo PNL D (Ministério da Educação) para direcionar o ensino de História nas escolas públicas até o ano de 2010.
- <sup>2</sup> É importante lembrar que, em relação às fontes de pesquisa dos alunos, muitos preferem usar a internet, e não a biblioteca, porém no conteúdo *on-line*, também se encontram muitas interpretações equivocadas da história.
- <sup>3</sup> Embora Santo Agostinho seja um grande teórico, legitimador da Igreja como instituição e que propôs um governo baseado no bem comum dos homens, foi mal interpretado no livro didático escrito por Campos (1991, p. 155): “Santo Agostinho, principal pensador da Igreja na Alta Idade Média, sombrio e pessimista, via nos homens criaturas que, sem Deus, tenderiam inevitavelmente para o mal.” Pensamos que não foi Agostinho um pessimista, ele simplesmente retratou a vida real dos homens do seu presente.
- <sup>4</sup> Santo Agostinho diz o que Santo Anselmo depois reafirma: o crer para compreender e o compreender para crer, ou seja, fé e razão precisam atuar conjuntamente.
- <sup>5</sup> São Jerônimo (séc. IV), outro importante pensador, falava primeiro de comportamentos (como comer e/ou se vestir), de moral, de virgindade e de vícios, ou seja, de como tornar o homem civilizado, para que, posteriormente, ministrasse instruções religiosas.
- <sup>6</sup> O ideal cristão é o de procurar viver de forma a ser digno da morada eterna – o céu.
- <sup>7</sup> Fourquin (1987, p. 11) descreve as relações feudais como uma organização muito particular das relações entre os homens: “[...] laços de dependência de homem para homem estabelecendo uma hierarquia entre os indivíduos. Um homem, o vassalo, confia-se a outro homem, que escolhe para seu amo, e que aceita esta entrega voluntária. O vassalo deve ao amo fidelidade, conselho, ajuda militar e material. O amo, o senhor, deve ao seu vassalo fidelidade, proteção, sustento. O sustento pode ser assegurado de diversas maneiras. Geralmente faz-se através da concessão ao vassalo de uma terra, o benefício ou feudo.”
- <sup>8</sup> Nos livros didáticos analisados, é comum encontrarmos as palavras controle e dominação. A sensação que fica é a de que nenhum pensamento, com exceção da Igreja, poderia ter existido naquele período.

<sup>9</sup> A teoria das três ordens, nos livros didáticos, também aparece como inerente a todo medieval, expressando, desse modo, um único modelo de homens para esses mil anos de história da humanidade. Duby (1992), em sua obra intitulada *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*, analisa essa teoria, enfatizando que ela é válida para três (XI, XII e XIII) dos dez séculos de Idade Média.

## REFERÊNCIAS

ANSELMO DE BEC, Santo. Monólogo. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BOÉCIO. **A Consolação da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BONI, A.; BELLUCI, F. R. **História Geral**. São Paulo: FTD, 1989.

BOULOS JUNIOR, A. **História Geral: Antiga e Medieval**. São Paulo: FTD, 1997.

CANTELE, B. R. **História Dinâmica: Antiga e Medieval: analisando o passado, refletindo o presente**. 7ª série. IBEP, [19--].

DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1992.

FOURQUIN, G. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987.

GILSON, E. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GUMIERI, Edenuice Bernabé. **Educação e Trabalho**: transformações ocorridas na Idade Média (séculos XII e XIII). 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

NUNES, R. A. C. São Jerônimo e a educação feminina. In: **História da Educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo: Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1979.

OLIVEIRA, T. **A Escolástica no Debate acerca da Separação dos Poderes Eclesiástico e Laico**. São Paulo: Mandruvá, 2005a.

\_\_\_\_\_. Apogeu e crise de uma época: as Universidades Medievais. In: **Educere Et Educare** – Revista de Educação, Cascavel: Edunioeste, p. 25-36, 2006.

\_\_\_\_\_. **Escolástica**. São Paulo: Mandruvá, 2005b.

\_\_\_\_\_. (Org. e trad.). O estado da sociedade religiosa no século V (François Guizot). In: **Apontamentos**. Maringá: Eduem, n. 77, 1999.

PETTA, N. L. **História**: uma abordagem integrada. São Paulo: Moderna, 1999.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História & Vida**: da Pré-História à Idade Média. São Paulo: Ática, 1997. v. 3.

PROJETO ARARIBÁ. **História**. São Paulo: Moderna, 2006.

VICENTINO, C. **História**: memória viva: da pré-história a Idade Média. 7ª série. São Paulo: Scipione, 1998.

\_\_\_\_\_. **Viver a História**: ensino fundamental – 6ª série. São Paulo: Scipione, 2002.

ZILLES, U. **Fé e razão no pensamento medieval**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

Recebido em 29 de julho de 2008  
Aceito em 22 de setembro de 2008